**ATA DA 22.ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

**PERÍODO ORDINÁRIO**

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA**

**5ª LEGISLATURA**

Aceguá, 27 de agosto de 2018

Aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito, às quinze horas e dez minutos, no Plenário Ecesar Pintos, da Câmara Municipal de Vereadores de Aceguá, o Senhor Presidente, Vereador Alfredo Castillos de Los Santos-PSDB, após verificar a existência de número legal deu por aberta a Sessão, solicitando ao 1.º Secretário, Vereador Dalmiro Almeida-PP, que procedesse a chamada dos demais Vereadores, estando presentes pelo MDB: Anderson .Barcelos Correa, Edmundo Pichler, Liziane Jardim e Luis Eduardo Nunes Gonçalves; pelo PDT: Beatriz Priebe Silveira; pelo PSDB: Jacqueline Ferreira e Odete da Silva Ribeiro. A seguir, solicitou a leitura da ata da Sessão anterior, que após discussão e votação foi aprovada por unanimidade. Em continuidade, solicitou a leitura do EXPEDIENTE EXTERNO onde constaram os protocolos n.ºs: 0534 e 0543/2018. A seguir, o Presidente transformou a Sessão em Especial, para receber os Senhores Jaci Jacinto Coelho, e Danilo Medina Pereira, respectivamente, Presidente e Secretário da Cooperativa Regional de Eletrificação Rural Fronteira Sul Ltda. – COOPERSUL, para prestarem informações à comunidade sobre a transformação da Cooperativa em permissionária, junto a ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, bem como, outras de interesse da comunidade. Retornando aos trabalhos da Sessão Ordinária, o Presidente passou para PALAVRA NO EXPEDIENTE, quando fez seu pronunciamento, o Vereador Edmundo Pichler. Posteriormente, passou para EXPLICAÇÕES PESSOAIS, quando fizeram uso da tribuna, os Vereadores Anderson Barcelos Correa, Dalmiro Almeida, Beatriz Priebe Silveira, Odete da Silva Ribeiro e Jacqueline Ferreira. Posteriormente, solicitou a leitura do EXPEDIENTE INTERNO onde constou o requerimento n.ºs: 0532/2018 – Do Vereador Luis Eduardo Nunes Gonçalves. Ato contínuo, solicitou a leitura dos expedientes que BAIXARAM PARA AS COMISSÕES TÉCNICAS DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA e de FINANÇAS E ORÇAMENTO, sendo: PROCESSO n.º 0533/2018 – Do PODER EXECUTIVO – “Substitutivo ao Projeto de Lei n.º 047/2018 – “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2019”; PL n.º 054/2018 – Do PODER EXECUTIVO - “Cria ouvidoria geral do município”; PL n.º 055/2018 - Do PODER EXECUTIVO - “Institui o programa municipal de educação fiscal do município de Aceguá”; PL n.º 056/2018 - Do PODER EXECUTIVO – “Institui o programa municipal de premiação a consumidores mediante a utilização da plataforma Nota Fiscal Gaúcha do Estado do Rio Grande do Sul”; PL n.º 057/2018 – Do PODER EXECUTIVO - “Autoriza contratação emergencial; PL n.º 058/2018 – Do PODER EXECUTIVO - “Inclui ação na Lei Municipal n.º 1.553, de 13 de julho de 2017 - PPA” ; PL n.º 059/2018 – Do PODER EXECUTIVO – “Inclui na Lei Municipal n.º 1.568, de 11 de setembro de 2017 – LDO para o exercício de 2018 – a seguinte ação”; PL n.º 060/2018 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza abertura de crédito adicional de natureza especial no valor de R$79.281,32”; PL n.º 061/2018 – Do PODER EXECUTIVO – “Altera parcialmente a Lei Municipal n.º 108, de 1.º de outubro de 2002”. Prosseguindo, solicitou a leitura de PARECERES sobre os seguintes: PROCESSO n.º 0520/2018 – Do PODER EXECUTIVO – “Mensagem Retificativa ao PL n.º 037/2018”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria, (ambos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno). Parecer das Comissões: Mantém o voto dos relatores; PL n.º 037/2018 – Do PODER EXECUTIVO – “Altera parcialmente a Lei Municipal n.º 108, de 1.º e outubro de 2002”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria, (ambos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno). Parecer das Comissões: Mantém o voto dos relatores; PL n.º 038/2018 – Do PODER EXECUTIVO – “Revoga a Lei Municipal n.º 1.498, de 1.º de abril de 2016”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria, (ambos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno). Parecer das Comissões: Mantém o voto dos relatores; PL n.º 048/2018 – Do PODER EXECUTIVO - “Inclui Ação na Lei Municipal n.º 1.553, de 13 de julho de 2017 - PPA”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria, (ambos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno). Parecer das Comissões: Mantém o voto dos relatores; PL n.º 049/2018 - Do PODER EXECUTIVO - “Inclui na Lei Municipal n.º 1.568, de 11 de setembro de 2017 - LDO para o exercício de 2018 - a seguinte ação”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria, (ambos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno). Parecer das Comissões: Mantém o voto dos relatores; PL n.º 050/2018 - Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza abertura de crédito adicional de natureza especial no valor DE R$47.568,79”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria, (ambos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno). Parecer das Comissões: Mantém o voto dos relatores; PL n.º 051/2018 – Do PODER EXECUTIVO - “Inclui Programa e ações na Lei Municipal nº 1.553, de 13 de julho de 2017 – PPA. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria, (ambos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno). Parecer das Comissões: Mantém o voto dos relatores; PL n.º 052/2018 – Do PODER EXECUTIVO - “Inclui na Lei Municipal n.º 1.568, de 11 de setembro de 2017 - LDO para o exercício de 2018 – Programa e ações”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria, (ambos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno). Parecer das Comissões: Mantém o voto dos relatores; PL n.º 053/2018 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza abertura de crédito adicional de natureza especial no valor de R$78.000,00”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria, (ambos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno). Parecer das Comissões: Mantém o voto dos relatores. Ato contínuo, solicitou a leitura de PROJETOS EM TRAMITAÇÃO, sendo em TERCEIRA DISCUSSÃO: PL n.º 032/2018 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza o Poder Executivo a proceder suplementação de dotações orçamentárias no valor de R$24.036,58”. Após, havendo número legal o Presidente deu início à ORDEM DO DIA, com votação de PARECER sobre EMENDA À LEI ORGÂNICA: PROCESSO n.º 0502/2018 – Dos Vereadores JACQUELINE FERREIRA, ALFREDO CASTILLOS DE LOS SANTOS e ODETE DA SILVA RIBEIRO – “Emenda n.º 01/2018 – “Dá nova redação ao Art. 10 da Lei Orgânica do Município de Aceguá”, aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sessão, da qual foi lavrada a presente ata, que depois de lida e aceita, vai devidamente assinada.

 Presidente Secretário